



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia três de dezembro de dois mil e treze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Fausto Niquini Ferreira. O Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e seis novembro de dois mil e treze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) Ofício n. 679/2013 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Lima. Ivana Andrade Souza - Promotora de Justiça; 2) Convite do Governo de Minas Gerais, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG, para a solenidade em comemoração dos 65 anos da Empresa e do Dia Nacional do Extensionista Rural. O vereador Leci Alves Campos registrou: “Senhor Presidente, estamos recebendo na pauta da reunião plenária de hoje, o Projeto de Lei nº 1.385/2013, a exemplo do que aconteceu na reunião anterior, onde está fixando o novo piso salarial ao servidor público municipal detentor do cargo público efetivo de professor da



educação básica. Eu gostaria que Vossa Excelência consultasse a Casa que fizesse uma dispensa do interstício e também a gente fizesse a votação desse projeto na reunião de hoje”. O Senhor Presidente disse: “vereador, no momento exato, de acordo com a questão de ordem de Sua Excelência, vou consultar o Plenário. Mas o projeto já está na Casa, apesar de ele ter chegado atrasado porque a pauta já estava pronta, nós demos um jeito e vamos pôr o projeto em pauta hoje. Eu só acho que não haveria necessidade de votar hoje porque nós temos três reuniões ainda”. O vereador Leci Alves Campos falou: “é a mesma situação que o Senhor autorizou votar dos outros cargos. Então vamos seguir o mesmo padrão, não é Presidente?”. O Senhor Presidente afirmou: “no momento certo eu vou consultar a sua reivindicação”. O vereador Leci Alves Campos agradeceu. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “esta é minha solicitação também, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente disse: “está bem, vereadora. Nós vamos consultar o Plenário, pois o Plenário é soberano, e a democracia aqui é sempre a maioria”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “nós temos que agradecer ao Senhor porque, realmente, eu trouxe os projetos, cheguei com os projetos às dezessete horas e trinta e seis minutos e o Senhor colocou em pauta. Principalmente quando se trata de projetos que vão beneficiar o servidor público, o Senhor está sempre disponível para os atendimentos. Então, desde já eu agradeço ao Senhor”. O vereador Gilson Antônio Marques afirmou: “Senhor Presidente, só aproveitando o gancho dentro da mesma fala, a Érica, Presidente do Sindicato, acabou de me ligar ainda há pouco, pediu para esclarecer a ausência dela hoje aqui no Plenário. Ela está dando aula em



Santa Rita, onde já se ausentou por alguns dias em virtude dessas reuniões. Então, pediu para que os vereadores votassem com consciência esse projeto, e pediu para desculpar-se com as professoras aqui presentes pela ausência dela”; 3) Ofício do vereador Fausto Niquini Ferreira; justifica a sua ausência na reunião ordinária de hoje, dia 03/12/13, tendo em vista que foi submetido a procedimento cirúrgico oftalmológico nesta manhã; 4) Of. nº 082/2013/GDVP/NL do Deputado Federal Vítor Penido. Assunto: encaminha convite para solenidade de Medalha Mérito Legislativo. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de lei nº 1.382/2013, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal 1.914 de dezembro de 2005 – Taxas, modificando e corrigindo itens e valores em sua respectiva tabela”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer; 2) Projeto de lei nº 1.383/2013, autoria da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, que “Dá denominação a logradouro público que menciona e contém outras providências” – Rua Ana Alves Silva. O Plenário e os membros das Comissões consultados pelo Senhor Presidente, conforme solicitação da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, aprovaram a confecção de parecer conjunto para o supracitado projeto, que foi encaminhado às comissões competentes para emissão de parecer; 3) Projeto de lei nº 1.384/2013, autoria do vereador José Guedes, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Juventus Futebol Clube. O vereador José Guedes solicitou: “Senhor Presidente, eu gostaria de pedir aos meus nobres companheiros vereadores a dispensa de pareceres e interstícios. A



justificativa é que o Juventus é um clube do José de Almeida, clube pobre, nem campo tem e para que ele possa ser contemplado este ano ainda porque eles estão endividados e necessitando de uma verba e se, realmente, os nobres colegas concordarem com a minha proposta, eu entrarei com a emenda para favorecer o Juventus, obrigado”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto, conforme solicitação do vereador José Guedes. O vereador José Guedes registrou: “quero agradecer aos nobres colegas porque é mais um clube que tem a chance de ser contemplado com as verbas. O futebol amador é o lazer do povo de Nova Lima, principalmente para as pessoas de menores recursos financeiros; agradeço novamente. Os clubes de Nova Lima devem procurar a Câmara, os vereadores, para serem contemplados também com a lei. Eu sei que é dificultoso, é difícil conseguir as documentações porque são vários documentos, mas a Câmara está de parabéns e nós vamos levantar o esporte de Nova Lima mais ainda. Já está quase no topo, não está nos cem por cento, mas em breve nós vamos chegar lá. Obrigado”; 4) Projeto de lei nº 1.385/2013, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal 2.055, de 30/05/2008, fixando novo piso salarial ao servidor público municipal detentor de cargo público efetivo de professor da educação básica, além de dar outras providências”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto, conforme solicitação dos vereadores Leci Alves Campos e Maria Ângela Dias Lima Pereira. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura:

- 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei



nº 1.351/2013, que “Altera a denominação das vias públicas que indica, localizadas no loteamento denominado Serra dos Manacás, neste Município, além de dar outras providências”. O Senhor presidente disse: “esse parecer vai ser lido e o vereador Nélio está pedindo dispensa de interstícios, pois já tem pareceres de todas as comissões, para que ele entre em votação no dia de hoje. É só nome de ruas de um loteamento, que devido aos Correios ter algumas dificuldades dos moradores lá. Só nome de rua, mais nada”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, dispensou os interstícios para a votação deste projeto, conforme solicitação do vereador Nélio Aurélio de Souza; 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei nº 1.360/2013, que “Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Nova Lima, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei nº 1.363/2013, que “Dispõe sobre a Titulação de Pessoas Jurídicas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Flávio de Almeida falou: “Senhor Presidente, gostaria que o Senhor consultasse o Plenário para que este projeto fosse votado ainda hoje, tendo em vista que não tem mais comissões”. O Senhor Presidente indagou se o projeto tem emenda. O vereador Flávio de Almeida respondeu: “tem uma emenda. É para votar hoje com a emenda”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, dispensou os interstícios para a votação deste projeto, conforme solicitação



do vereador Flávio de Almeida. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “Senhor Presidente, eu gostaria que fosse retificado que no momento da mensagem 37/2013 referente ao projeto de lei 1.385/2013, onde se lê ‘educação básica’ foi lido ‘educação física’. Então, é para retratar que o correto é educação básica”. O Senhor Presidente informou: “na hora que o projeto entrar em discussão e votação nós vamos corrigir conforme a sua observação, vereador”; 4) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei nº 1.364/2013, que “Dispõe sobre a implantação da Ficha de Notificação Compulsória de Maus-tratos contra Crianças e Adolescentes no Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, dispensou os interstícios para a votação deste projeto, conforme solicitação do vereador Silvânio Aguiar Silva; 5) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao 1.370/2013, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção do nome da cidade de Nova Lima em peças publicitárias”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Leci Alves Campos registrou: “Senhor Presidente, o Secretário Silvânio Aguiar fez a leitura agora do Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais do Projeto de lei 1.370, onde estamos obrigando a inserção do nome da cidade de Nova Lima em todos os eventos, cujos exemplos eu já anexe ao projeto de lei para que todos tenham conhecimento. Para ilustrar mais ainda a discussão desse projeto, eu vou passar para cada colega agora uma cópia de uma matéria que saiu no Jornal Super da semana passada, onde diz que estará acontecendo uma grande festa no Bar do Marcinho, na



cidade de Macacos, na região metropolitana de Belo Horizonte. Então, prezados colegas, mais uma prova de que o nome Nova Lima não está sendo respeitado na publicidade. E assim eu aproveito, uma vez que o projeto já tramitou nas comissões, que Vossa Excelência consulte a Casa para que o mesmo, também, seja votado nesta noite”. O vereador José Guedes disse: “quero parabenizar o colega Leci porque a imprensa de um modo geral, quando é coisa ruim, morte, tráfico de drogas, tiros, eles colocam Nova Lima; as coisas boas eles colocam Belo Horizonte. Isso é, principalmente, na região do Senhor. Isso é há anos e anos que a imprensa sabe que está no território de Nova Lima e coloca as coisas como se fossem em Belo Horizonte. Quando é coisa ruim, assassinato, corrupção, é Nova Lima. Então, eu parabenizo o colega Leci”. O vereador Leci Alves Campos agradeceu o vereador José Guedes. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, dispensou os interstícios para a votação deste projeto, conforme solicitação do vereador Leci Alves Campos; 6) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei nº 1.371/2013, que “Dispõe sobre o Programa Municipal de Prevenção e Controle do Diabetes nas crianças e adolescentes matriculados nas creches e demais estabelecimentos da rede pública municipal”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Leci Alves Campos falou: “Senhor Presidente, como autor do projeto de lei 1.371, que dispõe sobre o Programa Municipal de Prevenção e Controle do Diabetes nas crianças e adolescentes matriculados nas creches e demais estabelecimentos da rede pública municipal, gostaria de agradecer à Comissão de Legislação e Justiça pelo parecer favorável, e também à



Comissão de Serviços Públicos Municipais pelo parecer favorável. E assim, já foi tramitado nas duas comissões, gostaria que fosse consultada a Casa para que esse projeto também seja votado nesta noite”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, dispensou os interstícios para a votação deste projeto, conforme solicitação do vereador Leci Alves Campos; 7) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de lei nº 1.375/2013, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Cosmos Sport Clube. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador André Luiz Vieira da Silva como Presidente da Comissão de Serviços Públicos Municipais em substituição ao autor da proposição, o vereador Flávio de Almeida; 8) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de lei nº 1.376/2013, que “Dispõe sobre a denominação do Posto Médico no Bairro Cristais e dá outras providências” – Padre Celso do Rosário. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais para emissão de parecer; 9) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de lei nº 1.377/2013, que “Institui a Semana Municipal de Prevenção, Conscientização e Combate ao Uso de Drogas e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais para emissão de parecer; 10) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça e de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei



nº 1.378/2013, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e contém outras providências” – Associação Cultural Afro-Brasileira - ACAB - Bloco da Cor. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, dispensou os interstícios para a votação deste projeto, conforme solicitação da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira; 11) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça e de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei nº 1.379/2013, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e contém outras providências” – Instituto de Desenvolvimento Local Integrado Casa do Jardim. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, dispensou os interstícios para a votação deste projeto, conforme solicitação da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “Senhor Presidente, o Senhor vai entrar agora na segunda parte da reunião que vai tratar da discussão e votação de projetos, gostaria de solicitar de Vossa Excelência que o projeto de lei 1.385, que altera a Lei Municipal 2.055, que fixa o novo piso salarial ao servidor público municipal detentor do cargo público efetivo de professor da educação básica, que o Senhor fizesse a votação primeiro em virtude de que no Plenário nós temos diversas professoras que têm uma outra agenda, e a gente possa, assim, fazer a votação e elas ficarem dispensadas”. O Senhor Presidente registrou: “vereador, sua reivindicação é saudável, só lembrar à Sua Excelência de que todos os projetos que estão na mesa aqui foram discutidos no Plenário para serem votados hoje, e essa Casa fez um esforço para todos eles entrarem



em votação. E esse projeto, 1.333, ali tem uma faixa homenageando alguns vereadores, com muita justiça, que tanto brigaram pelo projeto, eu não posso deixá-lo para trás. Vamos entrar na ordem da Casa, atender à pauta, são só dois projetos”. O vereador Leci Alves Campos disse: “não, Senhor Presidente, não são só dois projetos hoje. Diversos projetos...”. O Senhor Presidente falou: “eu estou com a palavra, vereador. Quando Sua Excelência quiser a palavra eu lhe passo, a hora que quiser. É questão regimental. Eu estou com a pauta, estou pedindo, por favor, para não se manifestarem. Aqui o Regimento não concorda que se manifeste. Temos aqui dois projetos que entraram na pauta de votação da semana passada para esta. Eu vou cumprir os dois projetos e, logo em seguida, atendo à Sua Excelência com o projeto que nós mesmos nessa Casa aqui estamos doidos para votar, que é o do servidor”. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “Senhor Presidente, a consulta ao Plenário que foi feita por este vereador foi para atender a uma demanda da galeria. Mas se Vossa Excelência entende que tem que ser feito dessa forma, o Senhor sendo Presidente desta Casa, o Senhor faz do jeito que achar melhor”. O Senhor Presidente registrou: “vereador, só respondendo à sua palavra. Eu tenho o maior prazer, vou votar o projeto dos funcionários públicos, só estou falando que esse pessoal aqui do Nossa Senhora de Fátima já vem toda semana na Casa e o projeto deles está na frente. O Senhor acha que é justo fazer isso? O que o povo quer é votação, vereador”. O vereador Leci Alves Campos disse: “Senhor Presidente, com certeza. Então, nesse caso eu estou com o Senhor, vamos votar e já aviso para a comunidade que tem o meu voto favorável”. O Senhor Presidente falou: “pedindo com



bastante tranquilidade, sem estresse nenhum, com muita educação, vou votar o projeto de todos, pedindo tranquilidade e que o plenário não se pronuncie. O vereador hoje tem que pôr a cara dele, vota aqui ou ali, não importa onde ele vai votar. Só vou fazer uma observação rápida, na semana passada, teve um projeto do vereador José Guedes, 1.368, Rua Santa Rita de Cassia, no Bairro Santa Rita; informo que já foi sancionado o referido projeto e é matéria de votação única. Porque houve um equívoco e ele já foi sancionado e é matéria de votação única”. O vereador José Guedes agradeceu. O Senhor Presidente comunicou que o vereador Silvânio Aguiar Silva, autor do projeto de lei 1.329, concordou em inverter a pauta para apreciarem primeiro o projeto 1.333/2013. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.333/2013, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal, a oferecer garantias e dá outras providências”. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva solicitou ao Senhor Presidente que coloque este projeto em duas votações hoje. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, dispensou o interstício para a segunda votação deste projeto, conforme solicitação do vereador Silvânio Aguiar Silva. O vereador Flávio de Almeida afirmou: “Senhor Presidente, eu sei que é um momento de dificuldade para a Casa, que é um momento de decisão, mas eu, nos três últimos meses, venho assistindo alguns parlamentares, a discussão desse projeto e, infelizmente, vi algumas coisas que eu na minha vida pública nunca vi. Então, em respeito a tudo aquilo que eu acredito, em respeito à minha vida pública, eu vou me abster desta votação. Respeito às obras, sei da necessidade da obra e sei do recurso que



o nosso governo municipal tem. Então, em respeito a tudo isso, estou me abstendo”. O vereador José Guedes registrou: “vou votar a favor, com minha consciência tranquila porque eu sou vereador que visita os bairros, principalmente os mais carentes, conheço a história dos três bairros. O Bairro Nossa Senhora de Fátima é um bairro que é um dos mais carentes e o meu amigo competente, falecido Paulo Zanini, um dia nós dois visitamos aquele bairro e ele disse ‘José Guedes, esse bairro aqui corre o maior risco’. Aquele tipo de terra, aquela terra preta não é tão consistente como a terra normal. Então, esse bairro corre o risco de um grande deslizamento e poderá causar uma grande tragédia com mortes. Esse bairro pode lá do alto ter um deslizamento e lá embaixo matar todo mundo. Então, sempre fiquei com isso na cabeça e chegou a oportunidade de, realmente, o prefeito Cássio imediatamente iniciar essas obras no Nossa Senhora de Fátima, nós estamos votando. Essa verba é do governo, é do Executivo, não é de nenhum vereador. Então, nós temos, eu, vereador José Guedes, temos que proteger principalmente os mais necessitados, o bairro de periferia, porque quem mora no centro, quem tem sua rua calçada, tem a sua iluminação, tem suas contenções, dorme tranquilo. Aquele bairro, Nossa Senhora de Fátima, tem um buracão lá, que ele dá dez prédios da prefeitura no tamanho, e está para desabar e até ter vítimas fatais naquele local, onde mora o Pirulito. Então, já fui várias vezes lá, já lutei em outros mandatos por aquilo lá. O Pirulito, meu amigo, ele morava lá na Vista Alegre, ele perdeu a casa dele e falou ‘José Guedes, eu perdi a primeira casa lá na Vista Alegre. Será que eu vou perder minha segunda casa?’. Uma pessoa lutadora, um pai de família. Então, vou votar com minha



consciência tranquila porque eu sei o que eu estou fazendo. E quero reafirmar que essa verba do TAC, novecentos mil, ela é uma verba carimbada. Ela não pode ser usada lá não, ela é específica. Então, voto com minha consciência tranquila e voto porque eu tenho confiança nesse prefeito, eu tenho certeza que ele vai fazer essas obras. Eu conheço o Cássio há vinte anos, então, eu confio nele. Não me interessa o que estão colocando contra esse vereador em Facebook, ameaçando, não me interessa. O dia em que eu tiver medo de me sentar aqui, eu peço demissão no outro dia. Obrigado”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio disse: “Senhor Presidente, meu voto é a favor desse projeto porque, como o vereador José Guedes falou, está aqui, hoje, a prova. Porque antes de eles colocarem em Facebook, em rede social, venha para o Plenário e veja a população aqui do Nossa Senhora de Fátima, Bela Fama, Fazenda Belarmino e outros mais. Então, parabéns a essa comunidade, isso é um presente de Natal para vocês e vocês merecem. Meu voto é a favor”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “Senhor Presidente, eu queria ressaltar que a discussão em torno desse projeto só faz valorizar ainda mais a democracia no nosso país. Porque a democracia é isso, ela é o direito de cada um expressar a sua opinião, principalmente aqueles cujo peso de tomar as decisões está em seus ombros. Então, cada um aqui tem o direito de pensar, de analisar e de julgar da melhor forma. Eu tenho me posicionado contra esse projeto, não é porque eu sou contra o Bairro Nossa Senhora de Fátima. Inclusive, fui abordado essa semana por um morador que me fez a seguinte pergunta ‘o que o Senhor tem contra o Bairro Nossa Senhora de Fátima?’. Eu falei ‘eu não tenho nada, quem deve ter deve ser



o prefeito porque tem dinheiro para gastar lá e não gasta, está pedindo emprestado'. A verdade é essa". O Senhor Presidente afirmou: "olha o respeito a esta Casa. Este rapaz não vai ficar em Plenário aqui mais não. A reunião está suspensa enquanto ele não sair". O vereador André Luiz Vieira da Silva informou: "ele está saindo... Ele já saiu, Presidente". O Senhor Presidente registrou: "Sua Excelência vai continuar a reunião, deixa ele sair. Aqui não é bagunça não". O vereador Flávio de Almeida disse: "Senhor Presidente, só chamar a atenção porque eu acho que tem que chamar a atenção da postura dele como de todos porque senão fica aquela Casa dividida. A Casa é do povo". O Senhor Presidente falou: "vereador, eu vou chamar a atenção e Sua Excelência está contribuindo até para mim. Só que às vezes nós temos aqui pessoas contra um projeto e outras a favor, então, fica uma dificuldade. A pessoa tem que ter um pouquinho de consciência aí na plateia, saber que isso aqui é uma Casa democrática. Agora, pega um cidadão desses, começa a gritar para lá e gritar para cá, aí não tem jeito, para onde vai isso? Eu não vou começar a reunião se ele estiver dentro da Casa". O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: "agora, se o pessoal daqui que é a favor se manifestar, o Senhor vai pedir para sair também?". O Senhor Presidente registrou: "a manifestação, eu estou contando por alto, ali tem vinte, trinta pessoas. Cá tem quinze ou dez. A manifestação de grupo, às vezes, a gente tem que ter um pouquinho de consciência e de bom senso, como vou pôr dez, vinte para fora? Agora, uma pessoa fazer daquela forma". O vereador José Guedes disse: "chamou de ladrão". O Senhor Presidente falou: "por isso eu pedi para ele se retirar do Plenário. Já está sanado isso, o que nós estamos



aqui é democraticamente, o projeto do Nossa Senhora de Fátima um dia tinha que entrar e está aí hoje, quem quiser votar contra vai votar, quem quiser se abster, abstenha, quem quiser votar a favor, vai votar. Isso é democracia. Com a palavra, vereador”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “se eu tivesse na plateia e tivesse a mesma opinião que eu tenho aqui como vereador, eu jamais sairia. A não ser que todo mundo saísse. Essa é uma posição minha”. O Senhor Presidente registrou: “o rapaz não pode, vereador, chamar alguém do lado de lá de ladrão. Senão vira bagunça”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “o Regimento determina que ninguém no Plenário...”. O Senhor Presidente falou: “eu estou tentando fazer uma reunião bastante calma e tranquila. Eu sei que o pessoal do Nossa Senhora de Fátima é educado, os outros que são contra são educados e vão nos ajudar a terminar essa reunião. Continue, vereador, faça o favor”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “Senhor Presidente, dando continuidade ao que eu estava falando, o rapaz me abordou, me fez essa pergunta e eu expliquei para ele detalhadamente qual era a minha posição, os motivos que me levaram a tomar uma posição contrária. Ele entendeu, mas é claro vai continuar favorável porque eu também, se morasse no bairro, talvez pensasse da mesma forma, não importa como é que vai vir, o que importa é que meu bairro vai ser atendido. Se eu fosse morador do bairro eu também iria pensar dessa forma, mas eu não sou. Eu sou fiscalizador do Executivo, exerço o papel de vereador e tenho como obrigação, antes de votar, buscar todos os questionamentos para poder, quando a gente entende que a matéria está tramitando corretamente, está dentro da legalidade, tanto do que é legal,



como do que é moral, então, a gente apoia como já apoiamos vários projetos do Executivo aqui nesta Casa e vamos apoiar mais. Agora, esse projeto específico, eu, inclusive, fiz uma solicitação ao Executivo e não fui respondido só para variar, que encaminhasse a justificativa do pedido do empréstimo, uma vez que o município detém valor superior em caixa, por que não ter incluído a obra no Orçamento do próximo ano, já que é urgente, o Orçamento está na Casa. Que encaminhe também as condições do referido empréstimo, como: quantidade das parcelas, valor das parcelas, juros, taxas de encargos, bem como período de carência e início do pagamento das parcelas. Que encaminhasse, também, o que é o programa que contempla esse empréstimo, que contempla esses bairros. Eu pedi esses encaminhamentos e uma série de outros aqui, claro, não fui atendido. Então, nós estamos votando um projeto e aprovando sem saber, além de ser um empréstimo, sem saber de que forma esse empréstimo será pago. Ele informou englobado o que era, informou para a Casa como são feitos os empréstimos, mas não informou como esse empréstimo será feito. Então, esse é um dos pontos que me faz ser contrário, não tive as respostas que me satisfizeram. Outra, já foi questionado aqui na Casa que no Ministério Público existe também uma verba que está retida, inclusive a Promotora fez o encaminhamento para essa Casa de um ofício, talvez o público presente não tenha conhecimento, mas chegou ao meu gabinete, acredito que tenha chegado ao gabinete de todos os vereadores, o seguinte ofício: ‘Chegou ao conhecimento dessa Promotora de Justiça que no dia três de dezembro de 2013 será votado pela Câmara Municipal de Nova Lima projeto de lei que autoriza o município a



celebrar empréstimo no valor de doze milhões com a Caixa Econômica Federal. Nesse sentido, sirvo-me do presente para encaminhar à Vossa Excelência para conhecimento, cópias dos termos de ajustamento de conduta firmado entre o Ministério Público e onze empresas sediadas em Nova Lima. Em razão dos mesmos foram efetuados depósitos judiciais em favor da prefeitura que somam um montante superior a nove milhões de reais. Ressalta-se que, de forma surpreendente, o Poder Público Municipal ainda não manifestou interesse em utilizar desse recurso'. Então, são palavras da Promotora de Justiça, Ivana de Andrade Souza, está dizendo que tem nove milhões parados lá e o município nem se manifestou em relação a esse dinheiro. Dinheiro esse que é para ser investido em infraestrutura. E outra, Senhor Presidente, há poucos dias atrás, algumas reuniões atrás, foi votado nessa Câmara, de minha autoria, um requerimento, e aprovado, é claro que o prefeito não levou em consideração e nem vai levar, que suspendessem matérias que não fossem urgentes, que pudessem aguardar um pouco, matérias que envolvessem grandes valores. Então, na soma de tudo isso e por não concordar com a forma que está sendo gasto o dinheiro público no município, é que eu me posiciono radicalmente contra o projeto. Eu não tenho nada contra o sistema de empréstimo, eu não tenho nada contra o Bairro Nossa Senhora de Fátima, eu não tenho nada contra nem mesmo o empréstimo em si. O que está acontecendo aqui é que esse empréstimo, nesse momento, não seria necessário. Aí eu disse, só para concluir, Senhor Presidente, para a pessoa que estava me questionando, o que acontece é o seguinte, e essa é a explicação, queira entender ou não, eu já disse aqui que quando o outro lado



está resolvido a não entender, não adianta a gente explicar. Mas eu disse para esse cidadão que o que acontece é o seguinte, a prefeitura diz assim ‘olha, eu vou ter que pedir empréstimo porque o dinheiro que eu tenho em caixa eu tenho que gastar, eu tenho muita festa para fazer’. Só isso”. O Senhor Presidente disse para a plateia que emitiu uma vaia: “por favor, eu sei que vocês vão colaborar com essa reunião, para a gente terminá-la”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “não estão colaborando mais”. O Senhor Presidente falou: “quem dera eu querer fazer isso, nunca vou fazer querer porque isso é antidemocrático. Infelizmente, está dentro do nosso Regimento, se a gente não conseguir conduzir uma reunião com democracia, eu tenho dentro do Regimento poder para votar só os vereadores, mas eu não tenho interesse em fazer isso, eu não quero fazer. Então, queria que vocês tivessem um pouquinho de complacência e me ajudassem a terminar a reunião”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “Senhor Presidente, a respeito do ofício enviado pelo Ministério Público a respeito dos nove milhões de reais, a gente tem que informar o seguinte, esse montante que está depositado no Banco do Brasil é para ser utilizado pelo município para atender a parte de escolas, à primeira escola e à escola Benvinda Pinto Rocha, no Jardim Canadá. E também para ser utilizado para atendimento de aterro sanitário e transbordo, inclusive atendendo lá o Jardim Canadá também. Eu quero informar para o Senhor que, até hoje, já foram investidos lá no Jardim Canadá, nas escolas, quatro milhões, seiscentos e oitenta e um mil reais. Desses quatro milhões, seiscentos e oitenta e um mil reais, o governo, o Executivo está solicitando o reembolso no valor de três milhões,



duzentos e quarenta mil reais desses nove milhões. Já está solicitando o reembolso. E os cinco milhões e quarenta mil que são para o transbordo, principalmente, ele está só aguardando a finalização dos projetos para, realmente, pedir também o seu reembolso. Então, essa quantia que está disponibilizada pelo Ministério Público foi um TAC assinado pela Promotora, ela que designou, inclusive ela designou quase quatro milhões para o Hospital Nossa Senhora de Lourdes porque não eram só nove milhões, eram mais de doze milhões, e ela estipulou para o que seria, foi o Ministério Público que estipulou para onde que seria esse dinheiro. Então, isso já está sendo providenciado. E esse dinheiro jamais poderia ser usado nessa obra lá da Bela Fama, Nossa Senhora de Fátima, não poderia ser utilizada porque é uma verba carimbada, como o Senhor mesmo já falou. Então, é só para esclarecer isso e dizer para o Senhor da importância que é esse serviço que vai ser feito nesses bairros. As pessoas desses bairros precisam que esse serviço seja feito para que eles tenham uma melhor qualidade de vida. Eu também declaro, aqui em Plenário, o meu voto favorável a esse projeto. Senhor Presidente, também quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos, o Senhor está de parabéns pela condução dos trabalhos”. O Senhor Presidente registrou: “vereadora, estou simplesmente cumprindo o Regimento, o que é a minha obrigação porque as Suas Excelências me puseram nessa cadeira, tenho que cumprir ele na íntegra”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “só ressaltar que nós não temos nada contra o bairro, já falamos isso. Agora, ainda que o dinheiro que foi citado aqui já tenha destino, existem muitos outros milhões que poderiam estar sendo destinados a esses bairros, essa



é a questão. Nós tivemos aqui depoimentos graves de vereadores afirmando que a mesma rua foi asfaltada três meses após ter sido asfaltada. O que mostra que essa prefeitura está gastando dinheiro onde não tem que gastar. Se tiver gastando onde tem que gastar, ninguém... Não existe presente de natal não, é obrigação porque o dinheiro é público. Então, se o Executivo fizer o papel dele, não precisa colocar faixa parabenizando, nada disso não, porque é obrigação do Poder Público. Ninguém está fazendo mais do que a obrigação quando está investindo em Educação, quando está investindo em Saneamento Básico, quando está investindo em Saúde porque o dinheiro público que está ali não é do prefeito, não é do vereador, é da população. Então, eu queria deixar bem claro que tem muita rua precisando ser asfaltada e que poderia receber uma atenção melhor do Executivo. Existem muitos bairros abandonados que precisariam também de receber um cuidado melhor por parte do Executivo. E não precisa, não estou aqui reivindicando mais um empréstimo não, é só pegar do dinheiro que tem em caixa. Nós teremos, segundo os cálculos do Executivo, uma arrecadação milionária, setecentos e tantos milhões para o próximo ano. Então, se existe aplicação correta, parabéns, não faz mais do que a obrigação. Mas existe muita aplicação desnecessária aí também, muito desperdício, principalmente quando se diz respeito a asfalto”. O vereador Gilson Antônio Marques falou: “primeiro, boa noite público presente, nobres colegas. Senhor vereador, com relação ao asfalto, eu disse aqui semana passada que o prefeito não asfalta rua”. O Senhor Presidente afirmou: “vereador Gilson, Sua Excelência, não tem problema, eu vou lhe dar a palavra até regimentalmente. Eu só



estou dizendo que nós estamos discutindo o projeto do Nossa Senhora de Fátima, 1.333. Lá cabe discussão em cima de projeto, mas eu vou lhe ouvir. Porque senão depois fica uma discussão em cima de asfalto para lá e para cá, e o projeto tem outra função”. O vereador Gilson Antônio Marques registrou: “Ok. Eu só gostaria de informar que tem aí um contrato de dez milhões de reais para fazer as ruas que não existe asfalto nelas. O problema é que para você fazer as ruas que não existe asfalto nelas, não é só aplicar o asfalto. É como o Anastasia disse no dia em que ele veio aqui. Ele deu a ordem para fazer a estrada de Sabará e pediu ao diretor do DER que colocasse as máquinas lá no dia seguinte e até ontem não foi colocado. Não foi má vontade dele não, é questão ambiental. Então, têm ruas que, infelizmente, tem que resolver a questão ambiental primeiro, mas existe dinheiro para fazer, dez milhões de reais em caixa para fazer. Com relação à votação, eu já disse semana passada e repito aqui, eu voto a favor para o adiantamento das obras. Sou sabedor que o governo tem o dinheiro no caixa, que poderia fazer com recursos próprios, mas é mais moroso. E esse povo que esperou tantos anos, acho que não pode esperar mais. Peço novamente, senhora líder de governo, que peça ao governo, ao Executivo, ao prefeito que use democraticamente, coerentemente e corretamente esse dinheiro que ele tem em caixa, pois a cidade inteira precisa de saneamento, não só o Bela Fama, não só o Nossa Senhora de Fátima, não só a Fazenda do Benito. Então, essa votação, se a gente ganhar essa votação, eu disse semana passada e repito, um voto sozinho não ganha votação, mas se a gente for vencedor dessa votação hoje, que ele aplique os nove milhões com o máximo de urgência em favor



desse povo, que remaneje esse dinheiro que ele tem no caixa e aplique nos demais cantos da cidade que têm necessidade do saneamento básico, que são muitos lugares. Se eu for citar bairro aqui, vou acabar atrasando a reunião. Meu voto é a favor, muito obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “Senhor Presidente, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar aos nobres vereadores, cumprimentar a toda população aqui presente hoje, especificamente e principalmente as lideranças comunitárias do Bairro Nossa Senhora de Fátima, do Bairro Bela Fama. Paulinho está ali, Presidente da Associação Comunitária do Bela Fama, já tive a oportunidade de ver o João Honório, que é uma comunidade que apesar de não ser beneficiada por esse projeto, que é o Nova Suíça, mas ele está ali presente e se colocou à disposição para estar conosco nessa nossa caminhada. Então, cumprimento a todos vocês. Quero cumprimentar também, Senhor Presidente, fazendo coro aqui nas palavras da nossa líder de governo, Ângela Lima, ao Senhor pela condução desse projeto nesse dia de hoje. Eu percebo aqui que tem uma coerência muito grande nas ações do Presidente desta Casa e agradeço muito por esse seu trabalho, pela condução dos trabalhos aqui hoje. Eu quero dizer que todas as manifestações são legítimas, ainda que elas não sejam de acordo com aqueles que são contrários ao processo. Isso é parte da democracia, quem teve a oportunidade de viver nesse país em outros anos, em outras épocas, percebeu a dificuldade da população se manifestar e ter o que a gente tem visto nessa Casa nos últimos meses. Aliás, Senhor Presidente, ouvi aqui da boca do Senhor mesmo numa outra reunião, o Senhor dizer que nunca viu esta Casa tão cheia. Isso já é parte da mudança que o povo clamava na rua, a



população pedia mudança na Casa. A mudança aconteceu e agora a população participa muito mais, penso que isso é de uma importância muito grande para a democracia do nosso país, de uma importância muito grande para a democracia do nosso município. Continuo e reafirmo o que disse aqui outro dia, a população tem que ocupar essa Casa, seja a população do Nossa Senhora de Fátima, seja a população do Bela Fama, seja a população do bairro dos vereadores que são contrários a esse projeto que, muito possivelmente, em algum tempo, vão trazer projetos na Casa ou vão defender projetos na Casa que se referem à alguma população específica de sua região. Que ele se mobilize e traga a população para a Câmara Municipal para ter garantidos os seus projetos. Eu já disse mais de uma vez, Senhor Presidente, que eu discordo com o discurso vazio da oposição no sentido de dizer que Nova Lima tem muito dinheiro e que não precisa desse empréstimo. Eu concordo plenamente, Nova Lima é uma cidade que tem mesmo uma arrecadação muito boa, fruto do trabalho do nosso partido, está ali o vereador Flávio de Almeida, nosso partido PT nas últimas duas administrações fez um trabalho que deu a possibilidade para esse município ter a arrecadação que temos hoje. Na última reunião eu dizia a arrecadação 2004, 99 milhões; arrecadação 2014, 720 milhões. Pode falar contra quem quiser, não tem problema, mas as duas últimas administrações e a administração do Cássio Magnani tem sido efetiva em favor da população, o que proporcionou um crescimento substantivo na arrecadação do nosso município. Isso é extremamente importante. Eu quero falar com relação especificamente à carta ou documento que a Promotora soltou e que a vereadora Ângela Lima já muito



bem descreveu, é uma pena a oposição não ter um argumento mais forte, sabe? Todo mundo aqui recebeu aqueles documentos, eu espero que os vereadores que estão se baseando única e exclusivamente na mensagem da Promotora tenham lido o Termo de Ajustamento de Conduta que está lá e tenham percebido que aquilo é uma verba carimbada. Eu não sei, respeito a Promotora em suas atividades, em suas ações, eu não sei por que motivo a Promotora fez aquela ligação do empréstimo dos doze milhões com uma verba que a prefeitura não usou ou de verdade está usando, conforme a nossa líder de governo colocou, está usando de acordo com o que está no Ajustamento de Conduta. Agora, para quê fazer menção aos doze milhões? Não entendi e entendo menos ainda os vereadores, os líderes comunitários, os líderes de partido que foram para o Facebook, que foram para as redes sociais massacrar os vereadores que já tinham se colocado a favor deste nosso projeto. Gente, o que eu vi no Facebook é coisa assim, não dá para entender porque que foram fazer aquilo lá. Ou não tem conhecimento nenhum de como é feito o regramento jurídico, o regramento financeiro da administração ou, então, são simplesmente oposição vazia que não contribui com a nossa comunidade. Eu falava outro dia aqui do Bairro Nossa Senhora de Fátima, do Bairro Bela Fama, morei anos e anos no Bela Fama, sou acostumado com o Bela Fama de quando a Morro Velho jogava resto da mina lá, aquelas pedras que não serviam para nada, iam lá e jogavam aquilo para a gente passar por cima. O tempo passou, colocaram asfalto, mas não evoluiu no que precisava evoluir. E eu penso que é justo que não tenha tido evolução, nós precisávamos sim de ter olhos para o Jardim Canadá. O Jardim Canadá trouxe,



impulsionou o desenvolvimento de nossa cidade, então, em algum momento, Bela Fama, Nossa Senhora de Fátima teve que se abster dos benefícios da nossa arrecadação em prol de outras comunidades, em prol do centro da cidade, em prol de outras prioridades. E hoje estão aqui dizendo que estão usando a arrecadação do município com Bela Fama, Nossa Senhora de Fátima e Fazenda do Benito e não, é um empréstimo. Ainda podemos ter essa verba, que a nossa oposição está alardeando com tanta vontade, à disposição, que os vereadores se organizem, que os que são contrários se organizem e vão correr atrás das situações que estão se colocando todas as semanas aqui e que vamos resolver. Mas não ficar olhando a grama do vizinho, achando que ela é mais verde. A vez agora, no caso específico desse empréstimo, é de Bela Fama, Nossa Senhora de Fátima e Fazenda do Benito”. O vereador Gilson Antônio Marques registrou: “eu só queria salientar aqui que inúmeras cidades do interior, assim como nossos vizinhos Raposos, Rio Acima e etc., estão implorando quinhentos mil reais emprestado do governo federal e não estão encontrando. O povo está sofrendo até com saneamento, com esgoto, com água tratada que eles não lá têm porque não têm recursos para fazer. E em Nova Lima o povo brigando porque quer que devolve nove milhões de reais, uma vez que a cidade tem condições de pegar, trabalhar o dinheiro e pagar tranquilamente. Então, é válido pensar nisso. Nossos vizinhos estão sofrendo, implorando quinhentos mil reais emprestados e não têm crédito para isso. Nós temos para nove, noventa, cem, quanto quisermos”. O vereador Silvânio Aguiar Silva continuou: “muito oportuna sua colocação, vereador. São várias as cidades que não tem essa capacidade de pagar esses



empréstimos. Só por último, para terminar, porque já falei mais do que podia. Eu fiquei muito preocupado quando esse projeto chegou na Casa e aí trataram logo de colocar um título no projeto, esse projeto é do vereador Silvânio, o que não é verdade. Esse projeto não é do vereador Silvânio. O vereador Silvânio viu nesse projeto uma oportunidade de contemplar a comunidade em que ele morou tanto tempo e por isso briga por esse projeto. E já disse mais de uma vez, vou brigar, vou negociar, vou fazer o que for possível por tantos outros projetos que chegarem a essa Casa e que tiverem a ver com as comunidades que nós trabalhamos. Eu penso que foi muito triste o episódio dos vereadores tacharem esse projeto como do Silvânio. Eu ouvi na rua, várias e várias vezes, dizendo assim ‘esse projeto vai beneficiar o vereador porque é a região dele’. Olha, muito feio. Eu voto com qualquer vereador aqui, seja nos Cristais, seja no Jardim Canadá, seja nas Cabeceiras, seja no bairro que for. Se o projeto for beneficiar a comunidade tem o meu voto, contem com isso. Muito obrigado a vocês”. O vereador Leci Alves Campos disse: “em primeiro lugar eu gostaria de agradecer às professoras por permanecerem aqui na galeria e aguardarem ansiosamente a votação do projeto que lhes beneficia, uma vez que eu fiz a solicitação porque eu imaginava que a discussão desse projeto, a exemplo de várias semanas, ela iria se alongar. Gostaria de cumprimentar a líder do governo, vereadora Ângela Lima, que prontamente fez a explicação do TAC, cuja verba poderia ser destinada ao investimento nas obras dos bairros citados aqui pelo vereador Silvânio. O próprio nome já diz que é um Termo de Ajuste de Conduta e, com certeza, já se ajustava onde se gastaria esse dinheiro. Agora,



com relação ao valor que vamos investir nas obras nos Bairros Bela Fama, Nossa Senhora de Fátima e Fazenda do Benito, às vezes, se diz que Nova Lima tem setecentos e vinte milhões. Tem não, está previsto ter. Só que desses setecentos e vinte milhões, 42% vai ser aplicado com salários, 24% vai ser aplicado na Saúde, 27,71% vai ser aplicado na Educação. Então, o percentual para obras ficou muito pequeno. Então, Bela Fama, Nossa Senhora de Fátima e Fazenda do Benito estavam sim correndo o risco de não terem essa obra. E como eu vi no cartaz, com empréstimo ou não, que tenha obra. Perfeita a colocação porque nós, enquanto vereadores, nós queremos que resolva o problema dessas três comunidades. Quando o Silvânio disse que tinha um representante do Nova Suíça que também não é um bairro que está contemplado nos três, mas eu penso que ele também será beneficiado porque as pessoas que moram em Nova Suíça, Santa Rita, Honório Bicalho passam por Bela Fama, passam pela Fazenda do Benito, passam pelo Nossa Senhora de Fátima. Então, nós estamos atingindo, vereador Silvânio, não são só três bairros, é uma região que nós podemos chamar de Região Nordeste. E eu gostaria de dizer que foi falado que daqui a vinte anos Nova Lima vai estar endividada. Eu já penso diferente. Eu penso que daqui a vinte anos, estaremos pagando a última prestação do empréstimo e estaremos comemorando que faz vinte anos que as comunidades foram beneficiadas”. Em primeira votação, o projeto foi aprovado por seis votos favoráveis dos vereadores José Guedes, Maria Ângela Dias Lima Pereira, Gilson Antônio Marques, Leci Alves Campos, Silvânio Aguiar Silva e Alessandro Luiz Bonifácio; duas abstenções dos vereadores Flávio de Almeida e Nélio Aurélio de Souza;



um voto contrário do vereador André Luiz Vieira da Silva. Em segunda discussão, o Senhor Presidente falou: “quem sou eu para discutir para onde vão doze milhões de reais. Se vai para o Nossa Senhora de Fátima, vai para o Bela Fama, vai para qualquer lugar, tanto lugar em Nova Lima precisa, se está aqui para votar para o Nossa Senhora de Fátima, ótimo que vai para lá. A Sua Excelência se lembra de quando esse projeto chegou na Casa, no dia, o que eu comentei com a Sua Excelência. Primeiro, que eu não mexo em redes sociais, se for para mim não serve. Não vou em redes sociais, não falo nada, minha cara é aqui no Plenário, é aqui que eu faço a minha vida política. Eu acho que o meu bairro, por exemplo, onde eu moro, não posso dizer por Bela Fama e Nossa Senhora de Fátima se pagar pelo meu bairro porque lá eles precisam também. Mas a minha discordância com o projeto não é exclusivamente os bairros, é o modo como foi aplicado o dinheiro. Por exemplo, vou só lembrar e vocês dos Bairros Nossa Senhora de Fátima e Bela Fama não têm nada com isso; isso é problema político. E, aliás, não é só deste prefeito não, culpado é quem estava aí e saiu porque o meu bairro não tem saneamento básico tem cinquenta e dois anos, eu vivo lá, não tem uma rua asfaltada, e não estou falando isso para prejudicar nada ao bairro que está aí nesses doze milhões. Até porque eu tenho certeza de que os Cristais tem o mesmo problema que o Bairro Nossa Senhora de Fátima tem, Churupita, outros bairros que tem por aí, quem poderia falar isso é quem trabalha nessa área, eu não sou técnico. Votei me abstendo, na primeira e na segunda, ótimo que o projeto passou, vai ser beneficiada toda essa população. Estou justificando o meu voto porque o prefeito que está aí hoje podia olhar



para alguns bairros como se tem um só, mas tem tantos também precisando desses benefícios que esse bairro está reivindicando, com toda a justiça. Eu vou me abster da segunda votação também. Estou aprovando o projeto da mesma forma da primeira votação. Seis votos dos vereadores que eu já citei, André Vieira também vota contra na segunda?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “contra, vou me posicionar da forma que eu me posicionei desde o início. Eu quero fazer coro com as suas palavras, Senhor Presidente, que eu não tenho nada contra o bairro, muito pelo contrário, eu tenho conhecidos em todos esses bairros aí. Pessoas com quem eu tenho muito respeito, muita admiração e que me respeitam também, e sabem que eu jamais estaria contra a população. Nossa posição é política, como o Senhor falou e, realmente, quando se trata de política nós temos que tomar posições e temos que assumir as posições que tomamos. Então, eu sou contra, voto contra. E se fosse, vereador Silvânio, um projeto exclusivo de Vossa Excelência, eu teria o maior prazer de votar, que não tivesse esse trâmite, porque sempre fui favorável a todos os projetos, eu mesmo não tenho nada pessoal, se o motivo fosse o vereador Silvânio Aguiar, o projeto estava votado a favor da minha parte, mas o motivo não é esse, infelizmente, então, eu voto contra”. Em segunda votação, aprovado por seis votos favoráveis dos vereadores José Guedes, Maria Ângela Dias Lima Pereira, Gilson Antônio Marques, Leci Alves Campos, Silvânio Aguiar Silva e Alessandro Luiz Bonifácio; duas abstenções dos vereadores Flávio de Almeida e Nélio Aurélio de Souza; um voto contrário do vereador André Luiz Vieira da Silva e encaminhado à sanção. O Senhor Presidente registrou: “só lembrar o vereador



que falou, não me lembro quem, que acabou que as professoras tiveram que esperar. Desculpem-me as professoras, mas eu não podia inverter a pauta como eu disse no começo porque o certo é cumprir a pauta. Então, parabéns ao Bairro Nossa Senhora de Fátima mesmo com o meu voto de abstenção, parabéns”; 2) Projeto de lei nº 1.385/2013, que “Altera a Lei Municipal 2.055, de 30/05/2008, fixando novo piso salarial ao servidor público municipal detentor de cargo público efetivo de professor da educação básica, além de dar outras providências”. Em primeira votação, aprovado por oito votos. Em discussão, o vereador José Guedes disse: “é outro projeto que vou votar a favor. As professoras são a segunda mãe de nossos filhos. As professoras fazem suas tarefas nas escolas e também em suas casas, à noite. É muito bonita esta profissão. A minha esposa é professora, atualmente aposentada. Ganha-se muito pouco um professor no Brasil, merecem mais. Volto a repetir, as professoras são a segunda mãe dos nossos filhos. As professoras, nos dias atuais, são desrespeitadas por alguns alunos nas escolas. Antigamente era um respeito total com as professoras, atualmente, há o desrespeito e agressões. Elas são sofredoras, elas são merecedoras. Trabalhei na prefeitura quarenta anos, aposentei, vinte e um anos aqui na Câmara, eu nunca deixarei de votar nenhum aumento de salário, não só para as professoras, para os funcionários municipais”. O vereador Gilson Antônio Marques solicitou permissão ao Senhor Presidente para se retirar. O Senhor Presidente permitiu; agradeceu o vereador Gilson Antônio Marques pela presença e pelo voto ao Bairro Nossa Senhora de Fátima. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “quero agradecer na saída do Gilson o voto, não só neste projeto das



professoras, mas também o voto no projeto do Bairro Nossa Senhora de Fátima. Quero justificar meu voto fazendo coro com as palavras do vereador José Guedes, eu também sou do tempo em que a professora era tão respeitada quanto a mãe da gente. Infelizmente, o tempo passou e o que a gente tem visto hoje não é o mesmo respeito, pelo menos dentro de sala de aula com as professoras. Mas que este Legislativo e o Executivo possam, através desta votação, ainda que de uma forma muito menor do que elas merecem, fazer justiça e aprovar a lei. O meu voto é favorável. Estive conversando hoje com o vereador Alessandro Coxinha e a gente falando da importância desta valorização do funcionalismo público e, dentre eles, as professoras, é lógico evidente. Vou votar com o Coxinha, vou votar com os vereadores em favor das professoras do município de Nova Lima”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “quero agradecer a paciências das professoras de permanecer aqui, mas foi importante elas permanecerem porque na Bela Fama nós temos uma grande escola municipal. Os alunos, os filhos dos moradores da Bela Fama, do Nossa Senhora de Fátima frequentam a escola lá e vão ser beneficiados com este projeto que nós acabamos de votar. Muito obrigada por vocês terem permanecido, vocês estão de parabéns. O que depender desta Casa para a valorização dos professores, nós vamos trabalhar em prol disto”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio registrou: “fico muito feliz, quero parabenizar o Sindicato, o Executivo. Mas quero que a líder do governo leve este recado ao nosso prefeito Cassinho porque estes dez por cento ainda estão pouco. Eu tenho uma professora na minha casa. Eu quero salientar que as professoras que têm curso superior que elas



entrem nisto aí. Então, líder do governo, quero que você agradeça muito ao prefeito por estes dez por cento, mas que leve este recado, quero que as professoras se encaixem no curso superior, no curso gestão, todas que têm o curso superior que elas ganhem, é o que o vereador José Guedes falou, são muito desrespeitadas. Levam muito trabalho para casa, isto está muito pouco, mas é uma vitória nossa. Podem ter certeza de que a partir de ano que vem, eu e a vereadora Ângela Lima, por ser educadora, já foi nossa Secretária por oito anos, fez um trabalho belíssimo. Porque se hoje eles falam que em Nova Lima estão faltando duas mil vagas para creche, antigamente não tinha era nada, nenhuma creche e hoje tem. Tenho certeza de que eu, a vereadora Ângela Lima, todos os vereadores que estão aqui, vamos lutar, peço ajuda de vocês para que as professoras entrem neste projeto de gestão, que todas que têm curso superior sejam respeitadas. Muito obrigado ao Executivo e ao Sindicato, não podemos esquecer do Sindicato”. O vereador Silvânio Aguiar Silva solicitou ao Senhor Presidente que este projeto 1.385/2013 e o 1.333/2013 fossem encaminhados, ainda amanhã, para a sanção do prefeito. O Senhor Presidente respondeu: “eu não estou aqui amanhã, mas o Vice-Presidente pode mandar a Secretaria fazer o encaminhamento, ele e Sua Excelência podem assinar e encaminhar ao prefeito. Está atendida a sua solicitação”. O vereador Silvânio Aguiar Silva agradeceu o Senhor Presidente pela compreensão. Em segunda votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção; 3) Projeto de Lei nº 1.329/2013, que “Dispõe sobre a concessão de meia-entrada para professores da rede pública em estabelecimentos que promovam lazer, entretenimento, esportes e cultura, no



âmbito do Município, na forma que menciona”. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos disse: “gostaria de entrar com duas emendas neste projeto que esteve fora da pauta por algumas semanas, com certeza, talvez seja por dúvidas com relação às emendas, mas vou fazer a entrada das emendas. Gostaria que prestassem atenção com muito carinho em virtude de que a emenda está sendo verbal. O artigo primeiro diz que ‘fica assegurado aos professores de todos os níveis de ensino público em atividade ou aposentados’. Eu gostaria que entrasse com uma emenda aditiva acrescentando as palavra ‘particular’ logo depois do ‘ensino público’, ou seja, ‘fica assegurado aos professores de todos os níveis de ensino público e particular em atividade ou aposentados’. Gostaria de justificar esta emenda em virtude que nós temos professores de escola particular que até são menos remunerados do que da escola pública, então, acho que eles também buscam o conhecimento através da cultura, do teatro e é digno que eles também sejam beneficiados com esta lei, tendo o seu direito à meia-entrada. Esta seria a emenda aditiva. A segunda emenda é supressiva, que trata o parágrafo único, onde ‘a meia-entrada corresponderá sempre à metade do valor do ingresso cobrado, ainda que se trate de preço promocional ou com desconto sobre o valor normalmente cobrado’. A minha emenda seria para suprimir este parágrafo em virtude de que a meia-entrada já é divulgada em todos materiais de propaganda para o pagamento ou da inteira ou da meia-entrada. Existe o valor promocional que normalmente equipara ao de meia-entrada, onde as produtoras fazem a divulgação antecipada ou definem assim este benefício. Quando uma produtora faz uma planilha de



custo para apresentar o seu preço de ingresso, ela considera o número de cadeiras de meia-entrada e de inteira, inclusive tem a lei estadual que estabelece o número de cadeiras para isto. Então, a minha proposta seria a emenda aditiva ao artigo 1º e a emenda supressiva retirando o parágrafo único do artigo 1º”. O Senhor Presidente informou que este projeto contém uma emenda já aprovada. As duas emendas apresentadas pelo vereador Leci Alves Campos foram aprovadas por sete votos. Em primeira e segunda votação, o projeto foi aprovado por sete votos e encaminhado à sanção. O vereador Leci Alves Campos falou: “quero fazer um cumprimento muito especial ao vereador Silvânio, este projeto de lei é de grande importância para a cultura de Nova Lima. Eu tenho certeza de que tudo de bom que tiver, principalmente no nosso Teatro Municipal, teremos mais público porque as pessoas desembolsarão menos dinheiro para acesso a esta tão bela casa de espetáculos que nós temos em nossa cidade. E o Senhor, com uma sensibilidade enorme para a cultura, está beneficiando toda classe de professoras, sendo públicas e privadas. Muito obrigado pela sua atenção às duas emendas e parabéns vereador”. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “vou agradecer no primeiro momento à vereadora Ângela Lima que contribuiu para o nosso projeto com uma emenda. E é lógico e evidente, eu não poderia deixar de agradecer o vereador Leci Campos que é uma pessoa que tem um vasto conhecimento na área, contribuiu com as duas emendas. Agradeço pelos elogios, mas principalmente agradeço a todos os vereadores que votaram a favor deste nosso projeto, muito obrigado aos senhores”; 4) Projeto de Lei nº 1.339/2013, que “Cria Clínica e ou Hospital Veterinário



Municipal da forma que especifica e dá outras providências”. O Senhor Presidente informou que o projeto está retirado de votação a pedido do autor, o vereador Alessandro Luiz Bonifácio; 5) Projeto de lei nº 1.384/2013, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Juventus Futebol Clube. Em primeira e segunda votação, aprovado por sete votos e encaminhado à sanção; 6) Projeto de lei nº 1.351/2013, que “Altera a denominação das vias públicas que indica, localizadas no Loteamento denominado Serra dos Manacás, neste Município, além de dar outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por sete votos e encaminhado à sanção; 7) Projeto de lei nº 1.363/2013, que “Dispõe sobre a Titulação de Pessoas Jurídicas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público de Nova Lima e dá outras providências”. O vereador Flávio de Almeida apresentou as emendas: “Fica acrescido o parágrafo único ao artigo 15, com a seguinte redação: Parágrafo Único. As entidades que comprovarem o exercício pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público de atividades referentes à matéria objeto do Termo de Parceria nos últimos três anos, e que ainda comprovarem investimentos de no mínimo 02 vezes o valor do Termo de Parceria, captado por outras fontes e destinado a projetos no âmbito do município de Nova Lima, ficam isentas da prerrogativa estabelecida no inciso I do artigo 15. Fica acrescido o inciso III ao artigo 15, com a seguinte redação: III – nos casos em que os projetos, atividades ou serviços objetos do Termo de Parceria já sejam realizados adequadamente com a mesma entidade há pelo menos cinco anos e cujas respectivas prestações de contas tenham sido devidamente



aprovadas, mesmo que com recursos próprios da entidade captados por outras fontes, a entidade será dispensada do concurso de projetos”. Em votação, as emendas foram aprovadas por oito votos. Em primeira e segunda votação, o projeto foi aprovado por oito votos e encaminhado à sanção; 8) Projeto de lei nº 1.364/2013, que “Dispõe sobre a implantação da Ficha de Notificação Compulsória de Maus-tratos contra Crianças e Adolescentes no Município de Nova Lima”. Em primeira e segunda votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção; 9) Projeto de lei nº 1.370/2013, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção do nome da cidade de Nova Lima em peças publicitárias”. Em primeira e segunda votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção; 10) Projeto de lei nº 1.371/2013, que “Dispõe sobre o Programa Municipal de Prevenção e Controle do Diabetes nas crianças e adolescentes matriculados nas creches e demais estabelecimentos da rede pública municipal”. Em primeira e segunda votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção; 11) Projeto de lei nº 1.378/2013, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e contém outras providências” – Associação Cultural Afro-Brasileira - ACAB - Bloco da Cor. Em primeira e segunda votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção; 12) Projeto de lei nº 1.379/2013, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e contém outras providências” – Instituto de Desenvolvimento Local Integrado Casa do Jardim. Em primeira e segunda votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção. O Senhor Presidente comunicou: “devido ao horário, infelizmente, nós não conseguimos ler os requerimentos”. O vereador Leci Alves Campos propôs requerimento verbal: “a



Moção de Aplausos que eu a Ângela estamos fazendo é à Srta. Else Dorotéia Lopes que mora na Avenida Henrique Otero. Eu até gostaria que o vereador José Guedes também participasse porque ela é vizinha dele e tem um trabalho de amizade muito antiga. É que no último sábado, dia 30 de novembro, a Academia de Letras, Artes e Ciências do Brasil realizou uma sessão solene para a posse de novos membros correspondentes e efetivos, na qual a nova-limense e servidora pública, a Srta. Else Dorotéia Lopes, foi empossada como membro correspondente na cadeira de nº 19 representando Minas Gerais e sendo saudada pela Acadêmica Maria Goretti de Freitas. Então, que esta Casa faça o encaminhamento de uma Moção de Aplausos à Srta. Else Dorotéia Lopes”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira informou: “vereador, eu estive presente na posse da nossa professora Else e, realmente, ela merece este reconhecimento e este aplauso pela Câmara Municipal de Nova Lima”. Aprovado, oito votos. O vereador José Guedes registrou: “quero parabenizar o vereador Leci pela iniciativa. Eu tenho a felicidade de ter como vizinha a agraciada. É, realmente, uma pessoa não só competentíssima, mas muito caridosa. Uma pessoa que trabalha em prol dos menos favorecidos em nossa cidade. Não vou alongar porque se eu ficar falando de Else, vou ficar a noite toda. É uma grande homenagem para a Else, uma pessoa muito competente, que ama e trabalha muito por Nova Lima”. O Senhor Presidente propôs requerimento verbal: “nesta Casa foi votado um projeto de lei sobre os autistas e o município não cumpre. Hoje teve um pai de um menino que veio reclamar, inclusive tem um funcionário na Escola Ana do Nascimento que atende todos estes meninos que tem esta deficiência. E ele até



reconhece, a família dele e de todos, que teve um avanço muito grande, que o menino melhorou. Ótimo, mas um funcionário para tanta gente assim, é uma dificuldade marcar. Queria que o requerimento fosse baseado que foi votado na legislatura passada este projeto, inclusive foi o Luck e eu que entramos com este projeto, que o prefeito cumprisse o que está no projeto para este povo. Que contrate mais gente, aliás, abre, é serviço público ou põe alguém para trabalhar porque uma pessoa é muito pouco para atendê-los. O requerimento é baseado que o prefeito, se ele pegar o projeto que foi aprovado por esta Casa, ele vai entender direitinho porque foram pessoas especialistas na área que fizeram o projeto. Estou fazendo este requerimento baseado nisso porque eles precisam deste atendimento de saúde. E o que o rapaz que me procurou aqui pessoalmente falou que foi muito bom para a criança, que teve uma melhora muito grande. Porque não fazem as coisas?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “Senhor Presidente, se o Senhor me permitir, eu vou entrar em contato com a Escola Ana do Nascimento para fazer uma verificação desta queixa desse pai porque nós temos hoje na rede nove crianças autistas. Não é do autismo?”. O vereador Leci Alves Campos falou: “o projeto parece, não tenho muita certeza, ele foi votado, é de autoria do Luck, parece que é regulamentar como doença o autismo”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “eu quero olhar lá, Senhor Presidente, porque com a nova mudança da filosofia da Faenol, eles estão fazendo um trabalho muito voltado para este atendimento. Então, quero realmente verificar”. O vereador Leci Alves Campos registrou: “parece, Senhor Presidente, que são os benefícios de outros



portadores de deficiência, que seja também acoplado o autista”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “eu vou verificar”. O Senhor Presidente falou: “vereadora, dá uma olhada lá porque este povo precisa ser ajudado; o requerimento é baseado nisso. Aprovado, oito votos. O Senhor Presidente propôs outro requerimento verbal: “estou pedindo à Secretaria de Comunicação do Município todas as notas fiscais desde o dia primeiro de janeiro do corrente ano até a presente data, inclusive os contratos que foram feitos e também o contrato com a RC Agência de Publicidade. Estou pedindo dentro de 15 dias, de acordo com a Lei Orgânica do Município, espero que encaminhe a esta Casa o pedido deste vereador”. Aprovado, oito votos. O vereador Flávio de Almeida propôs requerimento verbal: “diante dos bons costumes desta Casa, diante do Regimento Interno desta Casa e da Lei Orgânica, que o Senhor esta semana com o Jurídico desta Casa ouvisse a fita, pegasse as declarações desta Casa onde diz que tem vereador e funcionários no Facebook criticando outro vereador. Que o Senhor pegue isto, monte uma Comissão, ouçam e façam valer o Regimento da Casa. Porque é uma denúncia, se existe, independente de quem, de qual vereador, ele deve sofrer a sanção porque a gente falar, fazer crítica, depois não ter nada contra ninguém é terrível. Gostaria que o Senhor fizesse cumprir isto”. O Senhor Presidente solicitou ao vereador Flávio de Almeida que repetisse. O vereador Flávio de Almeida repetiu: “diante dos bons costumes desta Casa, que é o Poder Legislativo, diante do Regimento Interno e da Lei Orgânica, que o Senhor esta semana chamasse o Jurídico desta Casa, ouvisse a fita, pegasse a denúncia que foi feita. A denúncia é o seguinte: que tem vereador e



funcionários no Facebook criticando a Casa e outros vereadores. Como o meu gabinete não tem o costume de fazer isto, eu sou muito claro nas minhas coisas, venho aqui, falo o que eu penso e tchau para vocês, não devo nada para vereador nenhum aqui, eu devo é para o povo que me elegeu. Eu gostaria que o Senhor montasse uma Comissão, ouvisse o vereador que fez a denúncia, depois ouvisse os gabinetes que, realmente, estão participando disto. Se tiver, que seja aplicada a sanção, se não, não adianta, a gente cobra e não faz. O Senhor Presidente afirmou: “isto é questão de ética. A Casa tem não tem comissão de vereador de ética, tem para funcionários da Casa, de vereador não tem comissão de ética, ela tem que ser constituída”. O vereador Flávio de Almeida registrou: “neste caso o Senhor tem que constituir uma comissão porque até mesmo não tem como ela existir porque amanhã pode ser o vereador que está dentro da comissão. Este é o motivo que ela não existe. A comissão que existe é para o funcionário. Eu quero que o Senhor faça”. O vereador Leci Alves Campos disse: “eu entendo que se a Casa já tem uma comissão, mesmo que não seja formada por vereadores, ela já tem este poder de reunir e apurar”. O Senhor Presidente falou: “a comissão de ética, no caso que o vereador falou, tem que ser de vereadores porque não foi o vereador que falou isto?”. O vereador Flávio de Almeida afirmou: “primeiro o Presidente tem que ouvir a fita, ele tem que separar o vereador que falou porque o vereador que falou não pode participar da comissão, escolher quem não estava na discussão do projeto e montar a comissão”. O Senhor Presidente registrou: “nós vamos ouvir a fita, vereador, e a comissão, com certeza, se tiver algum excesso será apurado e a comissão vai trabalhar para apurar”. O



Senhor Presidente convidou a Senhora Denise Aparecida Tavares de Faria Morais, Presidente do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD/Nova Lima, para participar da Tribuna Popular. Pronunciamento da Senhora Denise Aparecida Tavares de Faria Morais: “boa noite, em primeiro lugar queria agradecer, em nome do Presidente Nélio Aurélio, esta oportunidade de estar aqui para ocupar a Tribuna Popular. Fiquei sabendo que fui a única deste ano todo, na última sessão. Para quem não me conhece, meu nome é Denise Morais, moro em Nova Lima já tem quase dezesseis anos, há dez anos, eu coordeno um grupo de familiares de dependentes químicos aqui na cidade, semanalmente. Então, toda segunda-feira, há dez anos, eu e o meu marido coordenamos um grupo de familiares e isto nos deu uma experiência muito grande. Atualmente sou Presidente do Conselho Municipal Antidrogas de Nova Lima, representando esta instituição que é a Terra da Sobriedade que funciona em Belo Horizonte. É uma instituição, uma das melhores do Brasil, eu diria. Eu sigo a metodologia deles lá num grupo pequeno aqui, só para familiares, lá é uma coisa ampla, tem vários tipos de trabalhos, inclusive também tem uma comunidade terapêutica. Qual é a minha intenção de vir aqui hoje? Já há muito tempo eu gostaria de marcar uma reunião com os vereadores para falar sobre o Conselho porque já tem muito tempo que a gente existe, e existem muitas dúvidas sobre o que é o Conselho, principalmente neste assunto tão complicado. Eu tinha feito uma apresentação, ia passar em PowerPoint, até para ficar menos chato para não ficar falando muito, depois eu passo para os senhores porque vai vim um resumo interessante do que falei aqui. E a gente pode marcar outros encontros



se for necessário, a gente está disponível também no próprio Conselho, toda primeira quinta-feira do mês a gente se reúne lá. Eu também achei que ia ter mais plateia, na minha apresentação não falei simplesmente do COMAD, falei de conselhos como um todo, que eu acho que é importante também, claro que muitos dos senhores já sabem, mas só para dar uma relembração. Eu não vou ler a apresentação toda, mas vou citar umas partes que acho importantes. Os conselhos são espaços de participação e controle social, são representados pela união da sociedade civil com o Estado, possuem um olhar multifacetado da realidade e dos problemas relacionados ao tema abordado pela política social, isto para qualquer conselho, seja ele de saúde, educação, habitação, etc. Qual é o nosso desafio? É o fortalecimento dos conselhos porque, uma vez que o conselho está fortalecido, o município ganha muito com isso para a construção de uma sociedade efetivamente democrática. Os conselhos são de formação plural e paritária, participam organizações governamentais e outros órgãos vinculados em conjunto com a sociedade civil organizada (associações e organizações não governamentais). E qual é a principal função? Isto começa a entrar no assunto que me deixou querendo vim falar com vocês, formulação e controle da execução das políticas públicas setoriais. Concluindo, para garantir a necessidade e o direito do cidadão em diversos setores como saúde, educação, habitação, trabalho, infância e juventude, idoso, mulher, negro, índio, entre outros, o Estado utiliza um conjunto de ações denominadas políticas públicas. Onde o Conselho Municipal entra nesta questão das políticas públicas? Desde a Constituição Federal de 1988, foi introduzido os princípios da descentralização e da municipalização na gestão



da implementação das políticas públicas. Cabe aos conselhos uma articulação entre o governo, sociedade e seus órgãos, pois a proximidade existente entre esses setores, em nível municipal, permite o desenvolvimento de políticas públicas adequadas à realidade e dirigidas à responsabilidade compartilhada. A gente escuta muito falar hoje em intersetorialidade. Lá no Conselho, por exemplo, a gente tem representantes de seis Secretarias, a gente está andando, mas a gente precisa, por isto também que eu estou aqui, de um envolvimento maior, tanto com o Executivo, quanto com o Legislativo. Com o Executivo como? Para uma atuação mais efetiva dos representantes das Secretarias para a gente construir as políticas públicas em conjunto. O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, agora vou entrar no sobre drogas. O alto índice de uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas indicam a necessidade da elaboração e integração das políticas setoriais por meio da descentralização das ações porque já existem políticas no município que já estão trabalhando para esta questão, inclusive prevenção. Secretaria de Esportes, a Secretaria de Educação já faz um trabalho, só cada um faz o seu trabalho separado, então, é necessário o estabelecimento de parcerias para a gente fazer este trabalho porque este alto índice de uso e abuso traz violência e desestruturação da família. Também tem a Secretaria de Desenvolvimento Social que já faz um trabalho. O que cabe ao Conselho então? Cabe ao Conselho Municipal sobre Drogas promover ações pautadas na Política Nacional sobre Drogas porque a gente tem que seguir aquela hierarquia, a gente é vinculado ao Estado e à Federação. Temos que estar pautados na Política Nacional que quase ninguém conhece, mas no Conselho



temos obrigação de conhecer. Política Nacional sobre o Álcool também, de forma integrada, através da intersetorialidade. Cada município conta com uma realidade distinta e requer ações diferenciadas. Mesmo conhecendo as políticas públicas nacionais e a estadual, a gente tem que fazer aquilo que o município mais necessita. Primeiro de tudo, temos que ter um amplo diagnóstico no nosso município, que é um dos assuntos que a gente já discutiu no COMAD. Com este diagnóstico a gente vai saber como começar as ações. O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas é um órgão normativo e de deliberação coletiva, então, ele é normativo e deliberativo. E a gente segue o SISNAD – Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas. Qual é efetivamente o papel de um Conselho Municipal? O principal papel é a formulação, acompanhamento, gestão e articulação da Política Municipal sobre Drogas, com a qual deverão estar integradas as demais políticas setoriais e outras áreas afins. Quero reforçar isto aqui porque escutei na sessão passada o Pastor Vieira trazendo um projeto para instituir a Semana Municipal, nós já temos a Estadual, é instituída oficialmente em Belo Horizonte, do dia 19 ao dia 26 de junho; acho ótimo que o município também tenha. Acho que nós temos que conversar muito depois sobre isto no Conselho, nós podemos contribuir muito. Agora, a situação de Nova Lima. Já dei um panorama do que são conselhos, do que é um conselho municipal, e o nosso aqui? Já citei algumas coisas que a gente anda fazendo, já andamos pesquisando e estudando sobre o fluxo de atendimento, já ouvi dizer pela Ângela que tinha uma emenda a esse respeito no Orçamento sobre um lugar de acolhimento e encaminhamento. Nós estamos precisando



ficar por dentro do que o município está discutindo, uma Secretaria faz uma coisa, a gente não está sabendo, um vereador traz um projeto, a gente não está sabendo; estamos precisando unificar isto. Qual é a situação atual em Nova Lima? Na nossa gestão, o que estamos fazendo? Para começar um trabalho efetivamente, não adianta a gente ter todas as teorias e já ter levantado várias coisas como a gente já levantou desde a nossa criação, nós vamos precisar mudar nossas leis, por isto também que estou aqui hoje, porque nós vamos precisar de vocês, vereadores. Nós temos duas leis, uma que é da instituição do Conselho, é a Lei 2.124 de 02 de dezembro de 2009. Tem a Lei do FUMAD – Fundo Municipal Antidrogas, que nós nem estamos usando, está tudo parado, é a Lei 2.078 de 2008. Porque a gente tem que mudar estas leis? Queria justificar isto aqui muito bem. Providências a serem tomadas, estas leis têm que ser mudadas porque a nossa Lei que criou o COMAD foi baseada numa Lei de 2.000. Só que esta Lei de 2.000 já foi revogada e já existe a de 2.006. Então, a gente não pode continuar trabalhando numa legislação totalmente defasada. No corpo da Lei cita esta Lei de 2.000, não pode, nós não podemos fazer isto. A Lei 2.124 baseia-se no Decreto Federal número tal que foi revogado pelo Decreto tal de 2.006. Este último decreto em vigor regulamentou a Lei Federal, existe uma Lei a de número 11.343, eu até convido vocês a anotarem e pesquisarem sobre ela porque tudo das Políticas Públicas sobre Drogas estão baseadas nesta Lei. Eu tenho estudado muito esta Lei, a Neusa também que está ali, do NAT'S, a gente está sempre em seminários, já fui em seminário até internacional. Esta Lei está, inclusive, com outras alterações que ainda não foram feitas. Então, é uma Lei muito



polêmica, de todo jeito, nós temos que trocar a nossa, senão nós não podemos caminhar, a gente tem que estar dentro da atualidade das modificações. E a e Lei do FUMAD a mesma coisa, ela tem que e seguir a Lei do COMAD porque um é criado após o outro. A gente também está sem como funcionar porque na Lei do FUMAD, a gente está ligado à Secretaria de Desenvolvimento Social, no nosso Regimento Interno, a gente está ligado à Secretaria de Saúde. Com isto, a gente não consegue andar porque a gente não é filho de ninguém. Nós temos que organizar estas leis para a gente começar a funcionar melhor. É basicamente isto. Vou passar para os senhores a apresentação completa depois. Tem alguma pergunta? Não vai dar tempo? Eu sugiro me procurar depois, se precisarem eu fico esperando aqui, a gente marca ou telefona”. O Senhor Presidente disse: “quando a Senhora quiser pode marcar também na sala ao lado antes das reuniões para a gente se entender fora do Plenário. O Regimento Interno consta dez minutos e a gente pode ficar mais tempo para se entender. Obrigado à Senhora Denise Aparecida Tavares de Faria Morais”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião._